



Amazônia

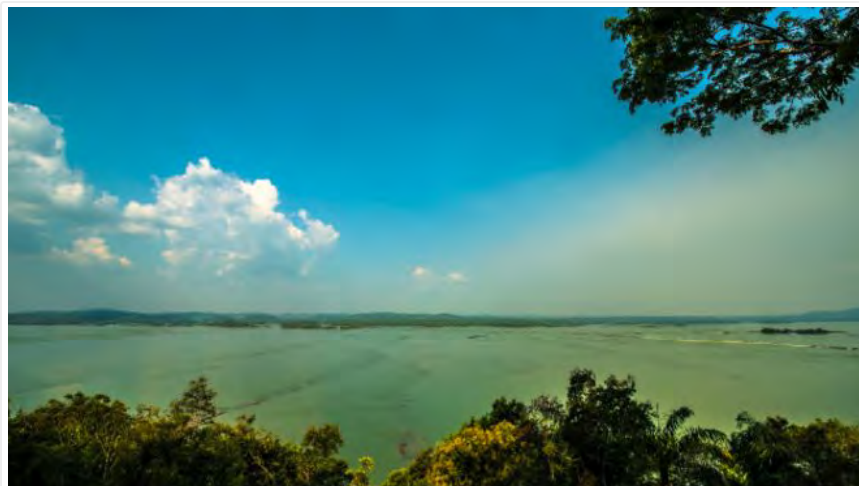
Sobre Opinião Notícias Multimídia Agenda Documentos Contato

Home » Destaques, Newsletter, Notícias » Usina no rio Tapajós repetirá 'caos' de Belo Monte, diz Greenpeace

Usina no rio Tapajós repetirá 'caos' de Belo Monte, diz Greenpeace

29 de setembro de 2015 Filled under Destaques, Newsletter, Notícias

[Nenhum Comentário](#)



Vista do rio Tapajós; governo planeja usina em uma das regiões mais preservadas da Amazônia

Uma análise encomendada pelo Greenpeace denuncia a existência de "problemas graves" no estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, em planejamento pelo governo federal no oeste do Pará.

O material, assinado por cientistas do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal de Pernambuco, conclui que o estudo falha em seu principal objetivo: prever o impacto da obra sobre uma das regiões de floresta mais preservadas do Brasil.

A Eletrobras, que coordena o grupo que bancou o estudo, informou que não iria se manifestar sobre a análise do Greenpeace por não ter tido acesso ao material.

Um dos últimos grandes rios amazônicos sem barragens, o Tapajós é a nova fronteira dos megaprojetos do governo federal de usinas na Amazônia, que incluem ao menos 40 grandes hidrelétricas (com mais de 30 MW de capacidade instalada) em construção ou planejamento na bacia.



'Hidrelétrica no rio Tapajós pode extinguir espécies e prejudicar povos locais', diz pesquisador do Inpa

Em entrevista à BBC Brasil, Jansen Zuanon, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, avalia prejuízos ao meio ambiente pela construção de usinas hidrelétricas na região.

[View this content on the BBC site.](#)

[Terms & conditions](#) | [Help](#)

Prioridade do Planalto, São Luiz do Tapajós é a maior dessas usinas, com 4.000 MW de potência média prevista (quase o mesmo valor da gigantesca Belo Monte). O projeto está em fase de licenciamento ambiental – a Eletrobras entregou o EIA/RIMA ao Ibama (órgão ambiental federal) em agosto de 2014, em busca da primeira autorização para a obra.

Compartilhar



Tópicos recentes

[MPF recomenda que Santo Antônio Energia divulgue plano de segurança de barragem](#)

[Belo Monte: obras da usina foram tratadas na casa de empreiteiro](#)

[Nova "Lista de Transparência" traz 340 nomes flagrados por trabalho escravo](#)

[Licenciamento ambiental a jato "não some com impactos"](#)

[Manejo florestal impacta temperatura](#)

Comentários

[FELIPE VICENTE em Estudo alerta para emissões de novas hidrelétricas na Amazônia](#)

[nuno miguel em Falta de recursos ameaça retomada da extração de ouro em Serra Pelada](#)

[Wellington ferreira nunes em Associações e cooperativas do Norte de Mato Grosso lutam para manter preço da castanha do Brasil após supersafra](#)

[Paulo em Cerrado do Amapá pode se tornar nova fronteira agrícola](#)

[L em Manejo florestal impacta temperatura](#)

Arquivos

[fevereiro 2016](#)

[janeiro 2016](#)

[dezembro 2015](#)

[novembro 2015](#)

Em uma primeira avaliação do EIA/Rima, o Ibama identificou “inconsistências” e pediu complementos ao trabalho.

Em tese, esse estudo deveria ser um retrato preciso da realidade ambiental da região, para prever e propor soluções contra efeitos negativos. Mas os pesquisadores que analisaram o EIA/Rima a pedido do Greenpeace concluem que faltam informações essenciais, indicam lacunas nas amostras coletadas e classificam os programas de compensação propostos como genéricos e insuficientes.

Entre supostas limitações técnicas e metodológicas, os cientistas apontam falta de amostras de campo abaixo do local da obra (região que não será alagada mas deverá sofrer com falta d’água), ausência de dados sobre espécies de ambientes ripários (margens de rios, ilhas e pedrais) e inexistência de projeção sobre o impacto conjunto das usinas previstas para outros pontos do Tapajós.

Erros do passado

A primeira grande análise do EIA/Rima de São Luiz do Tapajós vem a público dois dias depois de a presidente Dilma Rousseff ter reconhecido que houve erros em Belo Monte, a megasina em fase final de construção em outro afluente do Amazonas, o rio Xingu.

“Tem falha? Ah, não tenha dúvida que tem. Mas o fato de ter falhas não significa que a gente vá destruir esse processo. Pelo contrário, temos de reconhecê-las e melhorar”, disse a presidente no domingo, em Nova York, em resposta a uma pergunta da BBC Brasil sobre denúncias de irregularidades em Belo Monte. A usina teve a licença de operação negada na semana passada pelo Ibama.

Para o Greenpeace, o encaminhamento do projeto de São Luiz segue um “roteiro atropelado” e sugere a repetição, no futuro, de consequências observadas em outras grandes usinas na Amazônia, como aumento no desmatamento, invasão de terras indígenas e decadência social.

Em Belo Monte, por exemplo, a ONG observou um cenário de “caos” e cita estudo recente do Instituto Socioambiental (ISA) que enumera compromissos descumpridos e consequências negativas da usina, como aumento de 50% na população de Altamira (PA) entre 2011 e 2014, nenhuma casa ligada ao sistema de esgoto, alta nos homicídios (79%), nos acidentes de trânsito (144%) e na taxa de desnutrição infantil indígena (127% entre 2010 e 2012).

“Infelizmente, desde que essas avaliações tornaram-se obrigatórias no Brasil (em 1986), os EIAs têm servido mais para legitimar projetos já definidos e menos para proteger os recursos naturais do país”, afirma o Greenpeace no relatório que resume os principais pontos da análise.

A ONG cita uma frase do então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, em entrevista à BBC Brasil em novembro passado, para ilustrar o que seria uma decisão política já tomada sobre São Luiz. “Não abriremos mão de construir Tapajós”, disse Carvalho na ocasião.

Em 2012, por meio de medida provisória (contestada pela Procuradoria na Justiça), o governo reduziu cerca de 1.500 km² de sete unidades de conservação na Amazônia para possibilitar a construção de hidrelétricas. Desse total, 70% da área fica na Bacia do Tapajós – as cinco principais usinas previstas para a bacia somam 25% da expansão de geração elétrica planejada pelo Planalto até 2020.

Paraíso natural

O material do Greenpeace procura chamar a atenção para as belezas naturais do Tapajós, rio que atravessa o oeste do Pará por 800 km até o rio Amazonas, em Santarém (PA). O rio e seus afluentes formam uma região ainda pouco impactada pelo homem – são menos de um milhão de pessoas em 50 milhões de hectares (ou dois Estados de São Paulo).

A proteção mínima à região é garantida pela existência de dez unidades de conservação e 19 territórios indígenas, dos quais apenas quatro foram homologados. O local previsto para a obra fica colado em uma das maiores áreas protegidas da região, o Parque Nacional da Amazônia.

O governo e as empresas interessadas na obra prometem construí-la como se extrai petróleo em alto mar: sem acesso terrestre, transportando pessoal e funcionários por via aérea e fluvial e depois reflorestando os canteiros. É o conceito de “usina plataforma”, modelo que o Greenpeace considera ser inviável em uma obra de 13 mil trabalhadores, 38 turbinas e barragem de 7 km.

Biodiversidade no rio Tapajós

Espécies registradas no estudo da usina de São Luiz do Tapajós

- 1.457** plantas
- 553** aves
- 352** peixes
- 302** borboletas
- 109** anfíbios
- 95** mamíferos

Greenpeace



Fabio Nascimento-Greenpeace

outubro 2015

setembro 2015

agosto 2015

julho 2015

junho 2015

maio 2015

abril 2015

março 2015

fevereiro 2015

janeiro 2015

dezembro 2014

novembro 2014

outubro 2014

setembro 2014

agosto 2014

julho 2014

junho 2014

maio 2014

abril 2014

março 2014

fevereiro 2014

janeiro 2014

dezembro 2013

novembro 2013

outubro 2013

setembro 2013

agosto 2013

julho 2013

junho 2013

maio 2013

abril 2013

março 2013

fevereiro 2013

janeiro 2013

dezembro 2012

novembro 2012

outubro 2012

setembro 2012

agosto 2012

julho 2012

junho 2012

maio 2012

abril 2012

A análise da ONG enumera deficiências no levantamento da fauna e flora da região. No caso dos peixes, por exemplo, o EIA/Rima identifica a espécie de curimatã mais abundante na bacia do Tapajós, que é a *Prochilodus nigricans*, como *P. britskii*. Há ainda uso de nomes diferentes para mesmas espécies, o que indicaria problemas na qualidade das informações.

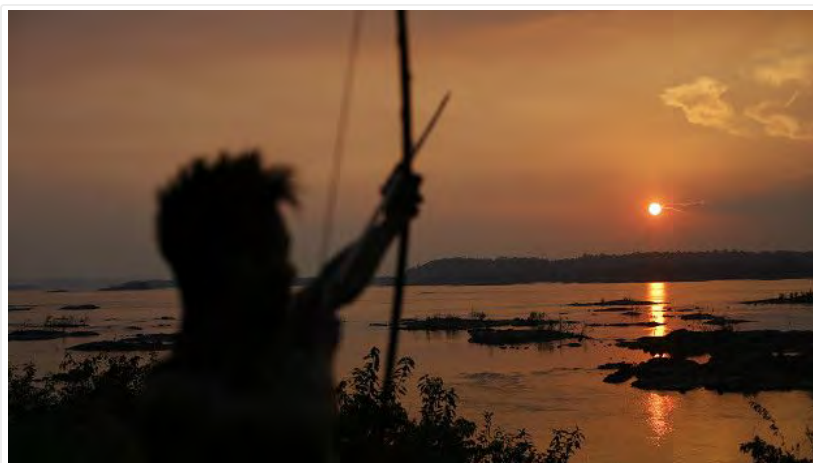
Em relação aos mamíferos, o Greenpeace diz que o EIA faz um bom trabalho de identificação da biodiversidade da região, uma das mais altas da Amazônia, mas presta um desserviço ao “esconder” esses dados no Rima, que é uma síntese do EIA, feita exatamente para conhecimento da população em geral.

Populações locais

Para Philip Fearnside, do Inpa, um dos cientistas que assinam a análise divulgada pelo Greenpeace, uma das principais lacunas do EIA/Rima de São Luiz se refere aos povos da região. Ele diz que o estudo minimiza ou até nega impactos futuros da obra sobre índios e ribeirinhos – estima-se que 12 mil índios mundurucu e 2,5 mil ribeirinhos serão afetados pela usina.

“O estudo diz que a hidrelétrica não reduzirá os peixes do Tapajós, mas isso é muito duvidoso, porque houve grande impacto em outras barragens – em Tucuruí, por exemplo, a usina acabou com a pesca”, diz Fearnside, que estuda há 30 anos os impactos da ação humana na Amazônia.

“Há toda uma estrutura que leva a relatórios enviesados, pagos pelos proponentes da obra e que minimizam impactos”, completou o pesquisador.



Índio mundurucu às margens do rio Tapajós; para Greenpeace, avaliação de impacto sobre indígenas e ribeirinhos da região é “tendenciosa e incompleta”

Uma primeira versão do EIA/Rima chegou a ser apresentada sem dados sobre os índios da região, incluídos depois como anexo. O Ministério de Minas e Energia chegou a marcar o leilão da usina para dezembro do ano passado, mas recuou após a repercussão negativa da falta do componente indígena.

E o estudo, diz o Greenpeace, exclui os ribeirinhos do grupo de afetados ao não considerá-los “populações tradicionais”.

A ONG critica ainda o fato de o processo de homologação da terra indígena Sayré Muybu, que teria 7% da área inundada pelo reservatório da usina, ter sido suspenso pelo Planalto porque poderia inviabilizar a obra, já que a Constituição proíbe a remoção definitiva de índios.

A ex-presidente da Funai Maria Augusta Assirati, que deixou o cargo em outubro de 2014, chegou a reconhecer depois que foi obrigada a “descumprir” compromisso pró-homologação com os mundurucus “em razão da prioridade que o governo deu ao empreendimento”.

Todo o processo com os índios tem sido conturbado, e em 2013 o Planalto teve que acionar a Força Nacional para viabilizar a entrada, na região prevista para a obra, dos técnicos que elaboraram o EIA/Rima.

O Greenpeace conclui que o empreendimento é inviável devido a “enormes consequências para o meio ambiente e para o povo local”. Defende o investimento em outras fontes de energia, como eólica e solar – diz, por exemplo, que o potencial dos ventos no Brasil equivale a 40 usinas de São Luiz.

Outro lado

Na semana passada, a BBC Brasil procurou a CNEC Worley Parsons, consultoria responsável pelo EIA/Rima, e solicitou um posicionamento sobre a análise do Greenpeace. A reportagem encaminhou por e-mail os principais pontos e críticas do relatório.

A Worley Parsons encaminhou a demanda para a Eletrobras, que coordena o grupo de empresas que financiam os estudos de viabilidade das usinas do Tapajós.

A estatal informou que não iria comentar a análise por não ter tido acesso à íntegra do material, mas disse que o EIA/Rima utilizou parâmetros definidos e aprovados pelo Ibama.

Afirmou ainda que vem realizando reuniões com o órgão ambiental para “aprofundar 180 itens apontados pelo Ibama” e tornar o estudo “um marco de referência na região, ainda um tanto desconhecida do ponto de vista das pesquisas científicas de fauna e flora”.

A Eletrobras reiterou que, segundo a lei brasileira, cabe ao Ibama “considerar a viabilidade ambiental do empreendimento após análise criteriosa dos documentos produzidos”. “A Eletrobras ficará a disposição do órgão ambiental para produzir qualquer complementação que for solicitada pelo Ibama até o fim do processo de viabilidade”, informou.

[março 2012](#)

[fevereiro 2012](#)

[janeiro 2012](#)

[dezembro 2011](#)

[março 2011](#)

[novembro 2009](#)

[novembro 2005](#)

Categorias

[Agenda](#)

[Destques](#)

[Documentos](#)

[Fotografias](#)

[Meio Ambiente](#)

[Multimídia](#)

[News](#)

[Newsletter](#)

[Notícias](#)

[Opinião](#)

[Sem categoria](#)

Meta

[Entrar](#)

[Posts RSS](#)

[RSS dos comentários](#)

[WordPress.org](#)

O Ibama disse ter encontrado "inconsistências" no EIA/Rima, e que devolveu os estudos para "complementações requeridas". O órgão informou ainda que "até o momento não foi emitida nenhuma licença em favor do projeto".

Por: Thiago Guimarães

Fonte: BBC Brasil

Tags: [EIA/RIMA](#), [hidrelétrica](#), [indígenas](#), [Munduruku](#), [Tapaiós](#)

Deixe uma resposta

O seu endereço de email não será publicado Campos obrigatórios são marcados *

Nome *

Email *

Site



CAPTCHA Code *

Comentário

Você pode usar estas tags e atributos de HTML: ` <abbr title=""> <acronym title=""> <blockquote cite=""> <cite> <code> <del datetime=""> <i> <q cite=""> <s> <strike> `

Publicar comentário

« Termina hoje prazo de entrega da declaração do Imposto Territorial Rural

Meta de zerar desmatamento até 2030 deveria ser antecipada, diz especialista »

Links

[* Mary Allegretti](#)

[* Altino Machado](#)

[* Manual de Negócios Sustentáveis](#)

Outros Sites



Endereço

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira

Rua Cônego Roque Viggiano, 44

CEP: 04532-030

São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3887 9369

Fax: 55 11 3884 2795

E-mail: contato@amazonia.org.br